



CARTA ABERTA DOS POVOS DOS RIOS PARA O MUNDO

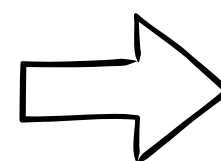
31 dias. 31 dias retomando nosso território ancestral.

Santarém (PA), 21 de fevereiro de 2026

Na madrugada deste 21 de fevereiro, após um mês completo de silêncio institucional e ausência de respostas concretas, nós, mulheres, crianças, guerreiros e guerreiras dos povos indígenas e comunidades tradicionais da região do Tapajós e Mato Grosso, ocupamos o escritório da empresa Cargill, em Santarém.

Nossa decisão não foi impulsiva nem violenta. Foi construída coletivamente, a partir da escuta dos mais velhos, de análises jurídicas e políticas e da indignação diante do Decreto nº 12.600, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que autoriza a privatização e concessão de trechos estratégicos dos rios Tapajós, Tocantins e Madeira. Estamos aqui porque defendemos o direito de existir. Durante trinta dias aguardamos posicionamento oficial do Governo Federal. Solicitamos diálogo com a Presidência da República, a Casa Civil e o Ministério dos Transportes sobre os impactos do decreto nos territórios indígenas e nas comunidades tradicionais atingidas pelo chamado “Arco Norte”. Não houve resposta efetiva.

Arraste para o lado

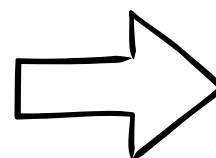




Ao contrário, a resposta veio em forma de repressão: em uma decisão judicial que organiza uma operação policial arbitrária para desocupação forçada - sem qualquer tentativa de diálogo, sem respeito aos tempos, às culturas e às línguas dos povos aqui presentes. De forma pacífica e organizada, nós realizamos a liberação das vias e do pátio da Cargill, necessárias ao fluxo logístico. Mas, não arredamos os pés da luta. Retomamos nosso território ancestral. A Cargill sabe e o mundo deve saber que nestas terras estão enterrados nossos parentes e vivem nossos encantados. Eles sabem porque durante a construção desse mesmo prédio que hoje ocupamos jorrou sangue Arapiun, Apiaká, Arara Vermelha, Borari, Jaraqui, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Munduruku Cara Preta, Sateré-Mawé, Tapuia, Tapajó, Tupaiú e Tupinambá. E tudo que era praia virou concreto.

Os projetos do governo atravessam territórios vivos. Onde enxergam infraestrutura, nós enxergamos aldeias, roçados, locais sagrados, cemitérios ancestrais, áreas de pesca e caminhos tradicionais. Os rios não são canais de exportação: são fonte de vida, sustento, memória e identidade para milhares de famílias. A ampliação de projetos logísticos e portuários ameaça a qualidade da água, a pesca, a soberania alimentar e a integridade da floresta.

Arraste para o lado



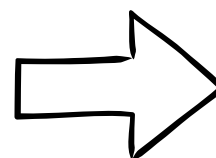


O artigo 225 da Constituição assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e coloca para o Poder Público e para toda a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O governo federal tem feito bonitos discursos sobre a preservação da Amazônia, mas somos nós que estamos cumprindo esse dever constitucional, que é pressuposto da nossa existência. O rio é nosso sangue.

Presidente Lula, sua trajetória política foi construída ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras, e com apoio dos povos da floresta e das águas. Por isso pedimos coerência com essa história. Por que assinar um decreto que favorece apenas o agronegócio e interesses estrangeiros? Por que continuar avançando sobre territórios originários violando nossos direitos duramente conquistados?

Não queremos tratar essa questão como caso de polícia. Nossa luta não é de segurança pública, mas de justiça socioambiental, responsabilidade constitucional e direitos humanos. Exigimos posicionamento claro da Presidência da República, explicações da Casa Civil sobre os critérios adotados e estudos transparentes de impacto social, ambiental e cultural por parte do Ministério dos Transportes. Queremos diálogo verdadeiro, não decisões unilaterais.

Arraste para o lado





Estamos abertos ao diálogo, mas não renunciaremos a nossos direitos. Reafirmamos a legitimidade de nossa mobilização. Temos o direito à manifestação e à resistência, não aceitaremos criminalização nem intimidação. Não aceitaremos que a nossa luta seja reduzida a cifras em nome do progresso, permaneceremos mobilizados até que haja compromisso concreto com a revogação do Decreto 12.600 e com a garantia de consulta prévia, livre, informada e de boa-fé antes de decidirem sobre qualquer empreendimento que avance sobre nossos corpos e nossos territórios.

Esta carta é um chamado coletivo. O que está em jogo não é apenas um decreto, mas o futuro que queremos. Ou o Brasil reafirma seu compromisso com os Povos Originários e com a proteção da Amazônia, ou seguirá aprofundando conflitos e injustiças históricas, que impossibilitarão todas as vidas. Estamos aqui para segurar o céu.

SURARA!

SAWÊ